Trabalho 511

CONHECIMENTOS DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM SOBRE A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Eduarda Signor[1]
Luiz Anildo Anacleto da Silva [2]
Leila Mariza Hildebrandt [3]
Marinês Tambara Leite[4]
Iris Elizabete Messa Gomes [5]
Isabel Cristine Oliveira[6]

INTRODUÇÃO: O trabalho dos profissionais em saúde é parte do conjunto que resulta na assistência a seres humanos que são totalidades complexas. A especialização do conhecimento, no momento que possibilita avanços, também pode ser geradora de fragmentação e alienação. Esta situação pode ser observada pela manutenção do modelo hegemônico no qual o médico ainda é o elemento central da assistência e os demais atuam como práticas auxiliares. Por outro lado, observa-se que os usuários nas instituições assistenciais prevalecem às limitações relacionadas à acessibilidade decorrentes de fatores políticos, econômicos, financeiros e culturais. Em 2004, publica-se, via Ministério da Saúde, uma cartilha que contém os preceitos da Educação Permanente em Saúde, nessa, estabelece-se a educação como política de Estado, a qual visa entre tantos objetivos à qualificação dos sujeitos trabalhadores como forma de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS)[1]. Nesta, prevê-se que, além de projetar as formas de cuidar, preconiza-se também a mudanças nas formas de ensinar e aprender. Parte-se da concepção que a Educação Permanente em Saúde (EPS) possa contribuir para melhorar a formação e, consequentemente, fortalecer o SUS, o desenvolvimento dos trabalhadores, o fortalecimento das instituições de saúde, assim como contribuir na gestão dos sistemas e, complementarmente, potencializar outras políticas de saúde, como acolhimento, humanização, clínica ampliada. Para se produzir mudança nas práticas e, sobretudo, para modificar àquelas institucionalizadas nos serviços de saúde, é necessário privilegiar o conhecimento prático em suas ações educativas e favorecer a reflexão compartilhada e sistemática. Na Portaria Ministerial de 2007, com textos complementares publicados em 2009, defini-se a constituição das Comissões Interinstitucionais Ensino Serviços (CIES), das atribuições dos Colegiados de Gestão Regional (COGERE) na construção coletiva dos Planos Regionais de Educação Permanente, conforme as especificidades e demandas regionais, de acordo com as diretrizes nacionais, estaduais e municipais, entre outras diretrizes. Prevêem-se as atribuições das Comissões de Integração Ensino-Serviço, dos gestores, dos serviços de saúde, das instituições que atuam na área de formação e desenvolvimento de pessoal para o setor saúde, dos trabalhadores da saúde, dos movimentos sociais e dos conselhos de saúde da sua área de abrangência[2]. As diretrizes curriculares para a formação dos profissionais de saúde e em especial os de enfermagem apontam a educação permanente como requisito para o exercício da prática profissional

[1] Acadêmica do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail eduardasignor@hotmail.com
[2]Doutor em Enfermagem. Docente do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail Luiz.anildo@yahoo.com.br
[3] Mestre em Enfermagem Psiquiátrica. Docente do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail leilah@yahoo.com.br
[4] Doutora em Gerontologia. Docente do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail tambaraleite@yahoo.com.br
[5] Acadêmica do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail irismessagomes@hotmail.com
[6] Acadêmica do Curso de Enfermagem/Departamento de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Campus de Palmeira das Missões. E-mail isakbel@hotmail.com

comprometida com as reais necessidades de saúde da população[3]. Para dar respostas às transformações ocorridas no mundo do trabalho, a educação permanente deve ser considerada como uma estratégia para a qualificação dos trabalhadores. Representa uma importante mudança na concepção e nas práticas de capacitação, supõe a inversão da lógica do processo, incorporando o aprendizado à vida cotidiana das organizações e incentiva mudanças nas estratégias educativas, de modo a focar a prática como fonte do conhecimento e colocar o profissional a atuar ativamente no processo educativo. Além disso, enfatiza a equipe interdisciplinar e amplia os espaços educativos[4]. A questão de pesquisa refere-se a entender: 'qual o conhecimento de profissionais de enfermagem que atuam em hospitais do Estado do Rio Grande do Sul'. **OBJETIVO**: apreender o nível de conhecimento de enfermeiros(as) em relação à Política Nacional de Educação Permanente. **METODO:** Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória[4], tipo estudo de caso, multicêntrico. Na apreciação dos dados utilizou-se o método de análise de conteúdo[5]. O referido projeto foi submetido e aprovado em Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria sob o número 0079.0.243.000-11. Os sujeitos da pesquisa em hospitais foram entrevistados/as enfermeiros/as atuantes em diferentes turnos que trabalham na gestão ou assistência. Foram considerados critérios de inclusão os enfermeiros(as) que tivessem as características acima citadas e excluíram-se enfermeiros(as) coordenadores de programas educativos ou que não concordaram em assinar o TCLE e/ou participar da pesquisa. As entrevistas foram gravadas digitalmente. A pesquisa ocorreu em cinco hospitais, localizados em cinco distintas cidades. **Resultados:** Foram entrevistados 66 enfermeiros os quais tinham uma média geral de 10,2 anos de formação e 5,9 anos de atuação. Os dados da pesquisa permitiram construção de três categorias de análise. Na primeira categoria 51 pessoas responderam desconhecer a Política Nacional de Educação Permanente. Na segunda categoria cinco entrevistados responderam afirmativamente em conhecer a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. E na terceira categoria 10 respondentes não conseguiram definir efetivamente o que seria a Política Nacional de Educação Permanente. Observa-se que enfermeiros atuantes nos dois hospitais públicos, o nível de conhecimento de EPS é baixo, já nos dois hospitais filantrópicos, o conhecimento sobre educação permanente é mais baixo ainda e por último, no hospital privado o conhecimento sobre educação permanente é praticamente inexistente. **Conclusão:** O estudo mostra que a Política Nacional de Educação Permanente e os preceitos que subsidiam as Propostas da Educação Permanente em Saúde, ainda não são suficientemente conhecidas. Observa-se, especificamente, em relação aos hospitais que a EPS é mais efetiva nos públicos, secundados pelos hospitais filantrópicos e por último no hospital privado pesquisado, a qual a EPS não tem significado. As respostas indicam que nos hospitais públicos e filantrópicos que estabelecem uma interação com as universidades, possa ser haver uma troca maior de informações entre academia e serviços. Independentemente desses resultados, a pesquisa permite entender e afirmar que a educação permanente em saúde ainda é incipiente nas instituições hospitalares.

DESCRITORES: Pesquisa em Educação de Enfermagem; Enfermagem; Pesquisa em enfermagem.

EIXO II - Interfaces da Enfermagem com práticas profissionais e populares de cuidado em Saúde.

REFERÊNCIAS:

1. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. A educação Permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004.

2. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

3. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1997.

4. Yin RK. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman. 2005.

5. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: edições 70. 2011.